

IMPrensa E MASSIFICAÇÃO DO ENSINO EM UBERLÂNDIA, MG: PRELIMINARES DO PERCURSO HISTÓRICO (1940-1960)

VICENTE BATISTA DE MOURA SOBRINHO¹
GERALDO INÁCIO FILHO²

*Não se deve esperar que os filósofos governem ou que os
reis se tornem filósofos, pois a posse do poder corrompe o
livre juízo da razão.*

Immanuel Kant

O objetivo deste artigo é tecer alguns comentários relacionados à discussão do ensino de massa no Brasil entre 1940-1960. As fontes que utilizamos, são os jornais que circularam em Uberlândia, MG, (*O Correio de Uberlândia*, 1940-1960, *O Estado de Goyaz* edições dos anos 1940). No processo de investigação identificamos propostas de alfabetização do povo no campo da educação e da instrução, em uma série de textos jornalísticos, versando sobre o referido tema, proposto tanto em Uberlândia como no Brasil de maneira geral.

As abordagens presentes nos referidos jornais, acerca do processo de massificação³, levam em conta o ensino primário, o magistério de primeiro grau e o ensino técnico profissionalizante⁴, discutidos entre os anos quarenta e sessenta. Devemos ter em mente que o ensino, quando voltado para as massas, traz a reboque problemas de ordem estrutural que merecem ser vistos com mais acuidade, entre eles: a questão dos investimentos em educação e instrução, o que se discutiu, para que se discutiu, como se discutiu, e, principalmente, verificar qual a meta a ser atingida e o que se esperava dessas propostas de projetos de ensino, cujo período de referência situa-se nos anos 1940 a 1960.

No nosso ponto de vista, a imprensa entra no processo como colaboradora, no que tange à divulgação de idéias, bem como a formação de opinião pública. Achamos pertinente proceder a discussão explorando a fala dos articulistas, partindo da referência local, em torno da questão do ensino de “massa”, presente nos gêneros literários do jornalismo opinativo e informativo; artigos, editoriais, notas, anúncios, segundo *José Marques de Melo* (1994)⁵.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História e Filosofia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Sócio-Fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação. (gifilho@ufu.br)

³ A massificação do ensino despertou interesse de estudiosos de História da Educação. Dentre os estudiosos chamamos atenção: André PETITAT. *Produção da Escola - Produção da Sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, 268 p. & Michel LOBROT. *Para que Serve a Escola ?* Lisboa: Terremar, 1992, 170 p. Na obra de Lobrot chamamos a atenção para um capítulo intitulado: “Pedagogia das Massas” (pp.89-119), onde há uma visão crítica do processo do ensino voltado para as massas, especialmente a crítica da tese neomarxista.

⁴ Aqui não faremos uma abordagem sistemática de todas estas categorias de ensino, seria demasiado trabalhoso e fugiria ao propósito deste trabalho. Tomaremos como fio condutor na nossa análise alguns aspectos discutidos acerca do ensino profissionalizante, o ensino técnico voltado para a formação de mão-de-obra qualificada para atender a demanda por parte da indústria, que a partir dos anos 40, encontra-se em fase de aceleração.

⁵ Cf., José Marques de MELO. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*: 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1994,

MASSIFICAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO:
OLHARES E INTERFACES

A educação dentro do seu aspecto multidisciplinar, vincula-se às questões econômicas, sociais, políticas e culturais. De início, trataremos alguns aspectos econômicos vinculados a propostas de ensino, presentes nos jornais acima mencionados. Numa ligeira contextualização, a partir do recorte temporal de 1940 a 1960, verificaremos a hipótese de que o momento histórico deste período, demonstra que as condicionantes no processo econômico estava a exigir uma outra conformação educacional, que levasse em conta a formação de elevados contingentes populacionais, descaracterizando o ensino meramente decorativo. O que se debatia na época era como propiciar um caráter orgânico ao ensino das massas, conservando-as sob a tutela das idéias liberais. Aliás a idéia do ensino de massa é pensado sob uma ótica liberal, sobretudo a partir do século XIX. Tomamos como exemplo a idéia presente na obra do pensador inglês John Stuart Mill, no final da primeira metade do referido século, relatando que,

[...] para conseguir-se...mudar os Hábitos dos trabalhadores....a primeira coisa necessária é uma eficaz educação nacional das crianças da classe trabalhadora. Pode-se afirmar sem hesitação que o objetivo de toda formação intelectual para a massa das pessoas deveria ser o cultivo do bom senso; torná-las aptas a formular um julgamento sadio e prático das circunstâncias que as cercam. Tudo que se pode acrescentar a isso, no domínio intelectual, é sobretudo decorativo ⁶.

A idéia de Stuart Mill evidencia a dimensão das transformações ocorridas ao longo da segunda metade dos séculos XIX e alastrando-se pelo século XX, onde a educação e a instrução enquanto sistema organizado, ganha corpo nas discussões políticas, pois as massas não conseguiriam contribuir para o processo, caso continuassem sem o devido amparo intelectual específico, ou seja, a instrumentalização para o trabalho. A passagem do século XIX para o século XX, deu-se mediante transformações nas múltiplas variantes tais como: sociais, culturais, econômicos e educacionais. Com relação à problemática da educação e da instrução, nos diversos campos de ação dos agentes comprometidos com as questões educacionais, tem-se a mudança de rumo no que diz respeito à sua maneira de estruturação, especialmente o ensino técnico profissionalizante. Tal modelo, entendido como uma das vertentes do processo de massificação no Brasil, só veio merecer maior atenção a partir dos anos 1940, de acordo com os textos presentes nos jornais. Atentemos para este período, especialmente porque a questão êxodo rural começa a provocar o "inchaço" das zonas urbanas, sendo para isso necessária uma destinação de projetos educacionais capazes de respaldar um espécie de proposta de ensino, afinado com os projetos políticos a partir daquele momento histórico. Presentes neste contexto, está compreendida também a questão da divisão social do trabalho⁷.

A idéia de massificação encontrada nas referidas falas, (*O Correio de Uberlândia*, 1940-1960, *O Estado de Goyaz* edições dos anos 1940), aponta para um estudo minucioso a respeito do processo educacional, enquanto base de sustentação de interesses conflitantes. Desta forma, o nosso ponto de partida, ancora-se no pressuposto de que a modalidade de ensino estruturada neste universo é definida dentro do ponto vista liberal, sendo inclusive entendido como pressuposto de democracia. Nesta perspectiva, pertinente será falarmos nas múltiplas faces que o ensino de massas tende a assumir,

⁶ Esta passagem encontra-se em John Stuart MILL, *Princípios de Economia política*, obra publicada em 1848.

⁷ Sobre esse assunto ver: Émile DURKHEIM. *Da Divisão do Trabalho Social*, uma obra publicada em Paris em 1893.

pegando como viés de análise um modelo de ensino que é o profissionalizante, mais voltado para a formação de técnicos qualificados capazes de proporcionar amparo adequado ao processo produtivo em voga, servindo de suporte naquele contexto histórico, onde o interesse implícito, está o desejo de fazer do Brasil “um grande país”. Este interesse perpassa pela meta de torná-lo, mediante a formação do povo, capaz de competir em pé de igualdade com as chamadas nações de centro.

Da primeira metade do século XIX até 1960, teremos um aceleração do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural, conservando no entanto, os pressupostos básicos legados dos pensadores ditos clássicos. A exemplo deste sedimento ideológico vejamos:

O nosso desenvolvimento industrial ressent-se da falta de quadros técnicos e de operários especializados. Com a guerra as nossas indústrias têxteis tomaram um incremento extraordinário. Só não é possível maior aumento ainda na produção, por falta de operários especializados no ramo. Aliás, os nossos operários não têm um curso profissional e já bastante reclamado em nosso desenvolvimento econômico. O Brasil Central representa uma região de desenvolvimento industrial de certa importância. A construção pelo governo federal de um estabelecimento de ensino profissional em Uberlândia, a exemplo do que fez em Goiania, medida elementar de administração racionalizada. Dizemos Uberlândia, não por bairrismo, por razões de ordem geográfico-econômicas. Pois a nossa cidade constitui o ponto de convergência de todo o oeste brasileiro. Por outro lado, Uberlândia ainda não mereceu do governo da união, nenhuma iniciativa capaz de ajudar-lhe o ritmo fulminante de seu progresso contínuo. Considerando o interesse patriótico da união no desenvolvimento do oeste, é de se estranhar a exclusão das iniciativas oficiais federais com relação a Uberlândia. Este assunto já foi por diversas vezes debatido em nossas colunas. O interesse despertado foi enorme, daí a razão de estarmos repisando nessa tecla. Razões de ordem cultural e econômica clamam por iniciativa com urgência. Daí então o nosso apelo ao patriótico governo de Getúlio Vargas por mais um passo na nossa marcha gloriosa de emancipação econômica do Brasil. A instrução profissional além de promover o desenvolvimento técnico de nossos operários, capacita-os a melhor poder aquisitivo, por lhes possibilitar meios de produção mais racionalizada. Como a nossa preocupação hoje é o desenvolvimento do mercado interno, não podemos esquecer o ensino profissional em nossos meios⁸. (sic)

Jorge Nagle, na obra Educação na Primeira República, (1976), traz à tona elementos que servirão para estabelecermos um estudo comparado com discurso presente na imprensa sobre o agitar de idéias infiltradas e impregnadas nos textos jornalísticos. Assim,

o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a República Velha, ocasionou a aceleração da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente de especialização de funções, de que resultaram o aparecimento de novas camadas sociais e a diferenciação das antigas classes dominantes; a história do período deve ser percebida com a consolidação do empresariado rural e a evolução do proletariado industrial. Na década dos vinte, os sinais do aparecimento do novo modelo se apresentam de maneira mais manifesta pela presença de desarmonia de valores, interesses e expectativas dos

⁸ Estado de Goyaz, ano 9, n.º 717, de 25 de dezembro de 1941, p. 01. Editorial: “Brasil Central e o Ensino Profissional”.

diversos agrupamentos. A inquietação social e a efervescência ideológica servem para demonstrar a afirmação. Tanto uma como a outra são frutos do desajustamento entre os dois conjuntos de relações sociais: aparecimento de novas camadas e existência de tradicional sistema de classes; enfim, pode-se falar, no momento, na presença de classes residuais e de classes emergentes.⁹

Aliado ao desejo de respaldar os interesses das classes emergentes é que aparece a meta de difundir o ensino pelo Brasil, sobretudo do limiar da primeira República. Continuando para além dos anos 1960, temos a preocupação por parte dos projetos de educação pela via institucional. A idéia de unidade aparece de forma marcante no intuito de amenizar os conflitos entre estas classes, discutida inclusive pelo autor acima. Esta idéia de unidade está intimamente ligada a, no mínimo, dois fatores: o processo de laicização do ensino¹⁰ e a extensão do ensino às massas dispersas pelo território brasileiro.

Tomemos como exemplo o período de 1937 a 1945, estando presente o conflito entre o ensino religioso e o ensino laico, dentro do chamado “Estado Novo”, momento importante em que a sociedade brasileira sofre alterações no campo educacional, procurando estruturar o sistema educacional nos moldes paternalistas inerentes à proposição do chamado “modelo democrático”, privilegiando o ensino laico. O Processo histórico, mediante análise cuidadosa desde o começo da Primeira República, passando pelo Estado Novo, após o Estado Novo e suas amarras com o projeto de educação, a exemplo o ensino laico, insere-se no modelo liberal ressaltando-se as diferenças em relação ao modelo europeu, pois o que está evidente são as singularidades, onde o específico alcança uma ressonância nos propósitos de uma crítica histórico/social. Aliás demonstradas nas reflexões de Otaíza Romanelli nos anos 1940, ganhando legitimidade constitucional.

Os princípios liberais da carta de 1946 que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se ela distanciava também da ideologia liberal democrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime¹¹.

⁹ Cf., Jorge NAGLE. “Os setores da sociedade brasileira” p. 26. In: *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: E.P.U., 1976, 400 p. Nesta primeira parte do livro o autor tece reflexões sobre três setores da sociedade: o setor político, o setor econômico e o setor social, mostrando como o projeto de educação vai sendo construído e forjado em cada um destes setores durante a Primeira República (1889-1930).

¹⁰ Durante boa parte da História do Brasil, houve a predominância do ensino ligado ao clero. Esta situação passa por transformações substanciais a partir do advento da Primeira República (1889-1930) onde as discussões a respeito do ensino ficam mais acirradas em torno da laicização, ou seja, a meta é que o ensino não fique a mercê do exclusivismo religioso, quando a meta expandi-lo pelo país. Portanto, laicizar é isto: sair do domínio exclusivo do clero.

¹¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1983, 267p. Nesta obra a autora se preocupa com uma questão fundamental que é o estudo da legislação escolar e suas implicações políticas, econômicas e sociais, e, principalmente como isso é tratado no interior das instituições escolares do ponto de vista didático e pedagógico, com vistas ao atendimento à ordem capitalista e sua lógica universal. Dois capítulos nos chamaram atenção pela afinidade com processo de massificação do ensino: capítulo 3 - “A educação e o desenvolvimento brasileiro após 30” (pp. 47- 125) e o capítulo 4 - “A organização do ensino e o contexto sócio-político após 30” (pp. 127-191). No capítulo 3 - Romanelli mostra uma série de quadros estatísticos comparativos que permitem consulta rápida dos dados acerca número de instituições escolares, o rendimento do alunado nas disciplinas oferecidas, além da argumentação pertinente e crítica coerente. No capítulo 4, a autora discute, argumenta e critica os pressupostos da reforma Francisco Campos e suas vantagens para o processo que ora se arrolava.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, começa tramitar no final dos anos 1940, só vindo a ser aplicada a partir de 1971. O projeto referido no editorial, é o texto que dará origem à lei. Para exemplificar, o ponto de vista a respeito das discussões sobre o ensino de “massa”, cujo período de referência situa-se nos anos 1940 e 1950, já dentro de uma visão adiantada do processo, no artigo de 1955, *Alvarus Oliveira* tece reflexões a respeito do analfabetismo demonstrando o quadro brasileiro naquele momento, sustentando que a iniciativa do Estado vem proporcionando a queda do analfabetismo. O autor do referido artigo demonstra um certo otimismo com relação às iniciativas educacionais por parte daqueles que detêm o poder institucional ligado ao modelo de Estado presente naquele momento, quando estes partem para ação efetiva, diz o artigo:

*Felizmente para o Brasil o índice de analfabetismo está descendo. Há anos atrás quando da cruzada nacional contra o analfabetismo teve sua campanha iniciada, fizemos um comentário divulgando estatística internacional e estudando a posição do Brasil. Dividimos os países em dois grupos, o dos mais letrados, outro dos menos letrados. O Brasil entrava no segundo grupo entre os piores do mundo. Então aparecíamos com uma percentagem de 75 por cento de analfabetos. Anos após anos, com a campanha de alfabetização de adultos, com a inauguração de mais escolas sempre, pela citada cruzada que tinha em Gustavo Arbusto um entusiasta, o número foi decrescendo. Já no último recenseamento o Brasil surgiu com 72 por cento tendo baixado de 67 por cento em 10 anos.*¹²

Sobre as iniciativas dos chefes de Estado, através de seus colaboradores, outro editorial nos chamou a atenção, sendo possível captar que, no processo de massificação do ensino, podemos relacioná-lo a contextos abrangentes, tais como: ensino das primeiras letras, pois o índice de analfabetismo entre os anos 1940 e 1960 é bastante elevado. O ensino primário enquanto uma das muitas faces apresentadas no processo de massificação, aparece no fragmento destacado, com sendo de responsabilidade destes agentes, dando amparo financeiro e mostrando serviços por intermédio de estatística, legitimando a sua obrigação, tornando transparente as suas ações. Vejamos:

*Grandes planos de disseminação do ensino vão ser executados este ano pelo ministério da Educação e Cultura, em todo o território nacional, de acordo com o trabalho já elaborado pelos órgãos técnicos daquela secretaria de Estado e aprovados pela comissão interdepartamental instituída pelo ministro Cândido Mota Filho. O assunto já foi submetido à consideração do presidente da República pelo titular da pasta, discriminando-se as diferentes verbas, as finalidades de seu emprego e a organização dos respectivos planos de trabalho. Assim é que relativamente ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, mais de cem milhões de cruzeiros serão distribuídos para a ampliação e melhoria da rede escolar primária e normal do país. Consta ainda, dos planos, o aperfeiçoamento do magistério primário. Para se conseguir esse objetivo, serão distribuídas durante o corrente ano bolsas de estudo e realizados estágios e cursos nos centros regionais do INEP, estando os gastos previstos em mais de seis milhões de cruzeiros. Noventa milhões de cruzeiros estão reservados para auxílio federal aos Estados, visando a ampliação de mais de dez milhões para o prosseguimento da construção de escolas primárias.*¹³

¹² Alvarus OLIVERA, “Alfabetizar”, *Correio de Uberlândia*, ano XVIII, n.º 4.115, de 05 de abril de 1955, p. 02.

¹³ Editorial: “Campanha de Alfabetização Popular”. *Correio de Uberlândia*, ano XVIII, n.º 4.115, de 05 de abril de 1955, p. 04.

No destaque do editorial acima, é possível verificar os diferentes caminhos que a massificação do ensino pode trilhar. Entretanto, ao privilegiarmos o ensino profissionalizante enquanto uma das facetas do processo de massificação, levamos em consideração que o mesmo depende de outras formas de ensino, como o de ler, escrever e contar, por exemplo. Esta preocupação tem aparecido com frequência nas reflexões dos articuladores dos artigos jornalísticos. Para entendermos o teor do discurso veiculado nos referidos jornais, procuramos estabelecer comparações com o que se produziu especificamente sobre a educação e a imprensa e outras reflexões a respeito do processo histórico. Afinal o que estava dito não era apenas o manejo de ferramentas no processo produtivo, mas também o entender sobre o fazer das massas, imputando-lhes passividade e, ao mesmo tempo, proporcionando amparo intelectual sólido. São contradições que devem ser pensadas no estudo do período de 1940 a 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória delineada nesta investigação, verificamos a vinculação do referido processo a um complexo de relações sócio-econômicas, culturais e políticas, passando inclusive pelas relações conflituosas do desenvolvimento econômico numa ótica liberal, tendo em vista a articulação de uma estratégia pedagógica em formar contingentes populacionais, para atender a demanda do setor econômico, visando propiciar suporte sólido a uma parcela da sociedade, como a preocupação com a mão-de-obra qualificada, que seria resolvida mediante a instalação de escolas profissionalizantes pelo interior do Brasil. Esta postura política de disseminação do ensino para as camadas sociais, especialmente àquelas camadas destinadas ao setor produtivo da economia, evidencia uma lógica inerente ao processo que se desenvolvia, com relação às massas, não sendo uma lógica interna somente, mas uma lógica ampla, mantendo vínculo com o processo no plano mundial, desenvolvida principalmente a partir do século XIX.